

■ NACIONAL

Eletrobrás retoma planos da usina de Belo Monte

Projeto de construção de mega-hidrelétrica no rio Xingu estava engavetado há dez anos, devido à resistência de grupos ambientalistas

Maurício Corrêa
de Brasília

O governo reassumiu a vontade política de transformar em realidade o projeto da usina de Belo Monte, uma mega-hidrelétrica com capacidade de geração de 11 mil megawatts (MW), programada para o rio Xingu, 300 quilômetros a oeste da usina de Tucuruí. Itaipu produz 12,6 mil MW.

Durante 10 anos, o projeto ficou engavetado, devido à pressão de grupos ambientalistas e de defesa das tribos indígenas, mas com uma nova roupagem e uma forte autocrítica em relação a Tucuruí, a proposta de construir Belo Monte está renascendo, com a perspectiva de que a sua primeira turbina esteja em operação a partir de 2009.

O presidente da Eletrobrás, Firmino Sampaio, adiantou as principais conclusões do projeto preliminar. Ele disse que a usina será construída pela livre iniciativa, sob o regime de concessão da Agência Nacional de Energia Elétrica. Nas contas da Eletrobrás, a usina deverá custar cerca de R\$ 6 bilhões e, se o governo considerar estratégico, a estatal poderá participar como sócia minoritária do projeto, com no máximo um terço do capital.

Com seus 11 mil MW, Belo Monte será a maior usina da Eletronorte (subsidiária da Eletrobrás) na bacia do rio Xingu. As outras hidrelétricas previstas no mesmo rio são as de Altamira (6,6 mil MW), Ipixuna (1,9 mil MW), Kokraimoro (1,5 mil MW) e Jarina (620 MW).

“A equipe técnica da Eletronorte teve o grande mérito de descobrir o potencial hidrelétrico da região”, disse Sampaio, salientando que, nos últimos dez anos, embora o projeto tenha ficado em segundo plano, não chegou a ser desativado, pois foram efetuadas diversas correções na proposta preliminar para diminuir a resistência dos grupos ambientalistas e indigenistas.

Sampaio admite que a Eletrobrás e a Eletronorte tiraram muitas lições

do projeto de Tucuruí. Afinal, com seu enorme lago de 2,8 mil quilômetros quadrados, para uma potência instalada de 8,3 mil MW (quando terminar o seu processo de duplicação), Tucuruí obrigou o remanejamento de aproximadamente 20 mil pessoas, inundando inclusive a reserva indígena Parakanã.

Há uma década Belo Monte estava incluído na relação dos projetos “malditos”, pois na proposta original o lago deveria ter 1,2 mil km quadrados, o que resultaria no remanejamento de uma população estimada em 8,4 mil pessoas, inclusive da aldeia de Paquigamba.

Escaldado com os problemas ambientais provocados por Tucuruí, Sampaio reconheceu que foram feitas diversas correções no projeto preliminar, aproveitando melhor a topografia da região e, nessa nova configuração, o reservatório de Belo Monte terá apenas 400 quilômetros quadrados e provocará o remanejamento de 6 mil pessoas. Além disso, não inundará mais nenhuma reserva indígena.

“São avanços espetaculares no projeto”, diz o presidente da Eletrobrás, que no entanto fez uma crítica relevante em relação ao projeto de Tucuruí. Ele reconhece que a usina, apesar dos seus aspectos positivos, constituiu-se numa espécie de enclave, pois basicamente gerou eletricidade destinada ao abastecimento das indústrias da região (um pólo produtor de alumínio) ou então para exportação para fora da Amazônia.

Entre 1984 e 1998, por exemplo, 43% da energia elétrica gerada em Tucuruí se destinou ao Pará e 39%

foram para o Maranhão. Em larga escala, toda essa energia foi basicamente consumida pelas indústrias eletrointensivas. Apenas 1% foi destinado ao estado de Tocantins. Além disso, os custos sociais e ambientais foram enormes, beneficiando pouco a região onde está instalada.

Com Belo Monte, a Eletrobrás quer fazer o contrário de tudo o que considerou equivocado em relação a Tucuruí. “É importante fazer uma autocrítica e aprender com o que aconteceu no passado. Com Belo Monte, agora temos uma excelente oportunidade de reconhecer e valorizar as peculiaridades da sociedade e da cultura amazônica e interiorizar o desenvolvimento como meio de reduzir os desequilíbrios setoriais e regionais”.

César Roland, diretor-executivo da Associação Brasileira das Empresas Produtoras Independentes de Energia Elétrica (Apine) — entidade que reúne 38 associados, investidores nacionais e internacionais de grosso calibre com interesses específicos no setor elétrico —, entende que a livre iniciativa gostaria de entrar num negócio de grande porte como Belo Monte. Mas faz ressalvas. “A Apine vem defendendo à exaustão que não se pode simplificar processos de licitação, seja para uma pequena central hidrelétrica, de apenas 30 megawatts, ou para uma mega-usina como Belo Monte. Nas várias licitações de geração feitas pela Aneel não estão aparecendo muitos grupos interessados, justamente porque as informações sobre os projetos são poucas”, afirmou.

Em sua opinião, num projeto da magnitude de Belo Monte essas informações precisam ser escancaradas. “Se hoje, em projetos de 50 ou 100 MW, o empresariado fica meio desconfiado, pode-se imaginar os cuidados que são necessários para um negócio que vai gerar 11 mil MW deverá custar R\$ 6 bilhões”, alertou Roland, destacando que “é preciso detalhar muito bem todas as informações sobre geologia, meio ambiente, remanejamento de população, mercado etc.”, disse.

“O setor empresarial sempre está interessado num bom negócio, desde que haja transparência. Hoje, continua a existir interesse na hidrelétrica, mas não se pode simplesmente sair por aí perguntando quem dá mais por Belo Monte”, completou o diretor da Apine.

Só para comparar o que significa o avanço do projeto de Belo Monte em relação ao tamanho do reservatório, Sampaio disse que duas usinas de Furnas têm uma área inundada bem maior, embora gerando menos energia. A usina de Estreito, por exemplo, tem um lago de 710 quilômetros quadrados. A de Itumbiara,

no rio Paranaíba, tem 798 quilômetros quadrados. Três Marias, da Cemig, apresenta uma área inundada de mil quilômetros quadrados.

No total, os reservatórios das três usinas somam 2,5 mil quilômetros quadrados, para uma capacidade instalada inferior a 4 mil MW. “Temos de entender muito bem a microrregião e assumir uma condição de articulação dos diversos agentes envolvidos na sua construção”, disse Sampaio, lembrando que na região Norte encontram-se os maiores potenciais hidrelétricos do País e que “eles precisam ser aproveitados de forma racional para viabilizar o desenvolvimento”.

O projeto preliminar de Belo Monte prevê a instalação de 20 turbinas, com capacidade de geração de 550 MW cada. Na primeira versão do projeto, se o lago ficasse com 1,2 mil quilômetros quadrados isso praticamente significaria a morte do rio Bacajá, um afluente do Xingu.

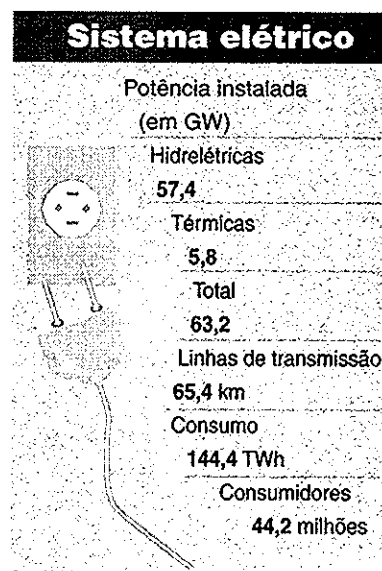
Com a definição do projeto, a Eletronorte garante que o Bacajá, para alívio dos ambientalistas, não será comprometido.

As projeções atuais indicam que a energia gerada custará R\$ 22,2 por MW/hora. Com os investimentos em transmissão, o custo subirá para R\$ 45,47 por MWh, o que ainda assim é uma ótima notícia. “Só espero que o futuro empreendedor possa

maximizar a enorme experiência que a Eletronorte contabiliza na região”, disse.

Os estudos de viabilidade econômica ficarão concluídos em dois anos, en-

quanto a Eletrobrás espera resolver as questões ambientais e licitar a concessão até o final de 2003. O projeto básico ficará concluído no ano seguinte. Sampaio afirmou que os estudos preliminares indicam que, sob todas as condições hidrológicas, é possível transferir a energia para o sistema interligado, beneficiando o Sul-Sudeste.



A hidrelétrica, orçada em R\$ 6 bilhões, terá capacidade instalada de 11 mil megawatts, quase a mesma da usina de Itaipu